

TRADUÇÃO

BECKER, Carl L. What is Historiography? *The American Historical Review*, Vol. 44, n. 1, Oct. 1938, 20-28.

FABIO IACHTECHEN
Instituto Federal do Paraná
Paranaguá | Paraná | Brasil
fabio.luciano@gmail.com
orcid.org/0000-0002-5170-4679

APRESENTAÇÃO DO TRADUTOR

“O que é historiografia?” é uma resenha escrita em 1938 pelo historiador estadunidense Carl Lotus Becker sobre o livro *A history of historical writing*, publicado no mesmo ano por Harry Elmer Barnes, então professor do *Smith College* e pesquisador ligado à *New School of Social Research* da Universidade de Columbia. O texto foi publicado originalmente no boletim da *American Historical Association* e reproduzido posteriormente em *Detachment and writing of history*, obra de 1958 organizada por Phil L. Snyder que reuniu seus textos e ensaios sobre teoria e escrita da história.

Carl Becker se formou na Universidade de Wisconsin em 1896, e teve como seu mentor intelectual Frederick Jackson Turner e a chamada *frontier thesis*, elaborada a partir do artigo de 1893, *The significance of the frontier in American history*. O argumento central de Turner explicava a constituição da democracia estadunidense pela expansão Oeste das fronteiras durante o século XIX, desvinculando das antigas tradições europeias a essência da formação nacional. Em 1898 Becker se tornou *associate fellow* na Universidade de Columbia, onde frequentou os seminários de James Harvey Robinson e Charles Beard e passou a desenvolver seu interesse pela história intelectual europeia, tema que o acompanhou pelo resto da vida e lhe oportunizou participar dos debates do movimento conhecido como “progressive era”, cuja expressão historiográfica mais importante está na “new history” nos Estados Unidos das décadas de 1910 e 1920.

Becker é considerado um dos historiadores mais filosóficos e literários do século XX, tanto pelo estilo elegante e preciso de escrita, quanto pelos temas relacionados à história intelectual, especialmente no século XVIII. Apesar de seus primeiros livros sobre a formação do Estados Unidos terem sido bem recebidos pelo grupo progressista, como *The beginnings of American people* (1915), *The eve of revolution* (1918) e *The United States: as experimente in democracy* (1920), Becker se tornou nacionalmente conhecido ao promover um importante debate a partir de *Everyman his own historian*, seu discurso de posse como presidente da *American Historical Association* em 1931. Neste ensaio, sugeriu que a história deveria necessariamente voltar-se ao homem comum (*Mr. Everyman*), tornando-se inteligível o suficiente para ser um elemento de compreensão dos problemas do presente. Em 1932 publicou *The heavenly cities of the Eighteenth century philosophers*, uma análise bastante original do Iluminismo e considerada sua obra mais importante.

Desta forma, a resenha sobre o livro de Harry E. Barnes é a percepção de um historiador já maduro e reconhecido, tanto sobre a importância da história da escrita e produção do conhecimento histórico, um campo ainda incipiente e que contava majoritariamente com manuais de função essencialmente compilatória, bem como a defesa do que acreditava ser a função da historiografia enquanto disciplina, uma espécie de fase da história intelectual na qual se busca compreender os usos e sentidos do passado identificados em diferentes épocas.

O QUE É HISTORIOGRAFIA?

[1938]

Quarenta anos atrás eu estava fascinado pelo estudo da história, pela mecânica da pesquisa, por aquele tipo de pesquisa na qual os eventos (existem outros tipos) tem sido definidos como “pequenos pedaços pinçados de grandes livros que ninguém nunca leu, e colocados juntos em um livro que ninguém nunca vai ler”. Mais tarde me tornei menos interessado pelo estudo da história do que pela história propriamente dita, quer dizer, pelos sugestivos significados que poderiam ser atribuídos a certos períodos ou grandes eventos, como “o espírito de Roma é um ácido, que aplicado ao sentimento de nacionalidade, o dissolve” ou ainda, “a Renascença é uma dupla descoberta, do homem e do mundo”. Agora que estou mais velho o aspecto mais intrigante da história não é, enfim, nem o estudo da história ou a história em si, nos sentidos expostos acima, mas antes a história do conhecimento histórico. O nome dado a este aspecto da história é o pouco atraente, como disse o Sr. Barnes, historiografia.¹

O que é historiografia precisamente? Deveria ser, como tem sido até recentemente, algo mais do que a enumeração de trabalhos históricos desde os gregos, com alguma indicação sobre os propósitos e pontos de vista dos autores, as fontes utilizadas e a precisão e legibilidade dos trabalhos em si. O objeto principal destas iniciativas historiográficas é a avaliação, a partir de padrões modernos, do valor destes trabalhos históricos para nós. Neste nível, a historiografia nos oferece um manual com informações sobre histórias e historiadores, nos provendo, por assim dizer, com um claro balanço das “contribuições” de cada historiador para a soma total do conhecimento histórico verificado e disponível. Tais manuais tem um alto valor prático. Aos candidatos ao doutoramento eles são de fato indispensáveis, já que os provém, ainda que indiretamente, de informação atualizada. Neles se aprende quais foram os defeitos e limitações de seus predecessores, mesmo os mais ilustres, sem o problema de terem que ler diretamente seus trabalhos, como, por exemplo, que Macauley, embora um brilhante escritor, foi cegado pelo preconceito Whig, ou que a estima de Tácito por Tibério foi suplantada por pesquisas posteriores, ou que o relato incisivo de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso sofre com a falta de familiaridade do autor com a doutrina da interpretação econômica da história. Conhecer as limitações de nossos predecessores mais famosos nos dá confiança no valor de nossas próprias pesquisas: podemos não ser brilhantes, mas podemos ser sólidos. Temos a grande vantagem de viver em tempos mais esclarecidos: nossas monografias podem jamais ser classificadas como *Declínio e queda do Império Romano* enquanto clássicos da literatura, mas serão baseadas em fontes de informação não disponíveis a Gibbon e tornadas impecáveis por um método científico ainda desconhecido em sua época.

A history of historical writing do Sr. Harry Elmer Barnes está além disso, de ser um catálogo comentado de trabalhos históricos. No entanto, em certo sentido é isso também, um pouco demais até, talvez mais do que o seu propósito exigia ou o que ele pretendia. Há partes do livro que me deixaram com uma invejosa admiração pela erudição do autor, sua simples familiaridade com o conteúdo de inúmeros livros dos quais eu nunca tinha ouvido falar. Minha primeira impressão de fato, ao terminar o livro, foi que poderia encontrar em

¹ BARNES, Harry Elmer. *A history of historical writing*. Norman: University of Oklahoma Press. 1937. 434 p.

seu conteúdo o nome de todo historiador desde o tempo de Maneto. É claro que nenhum estudioso de verdade teria essa impressão. Não sendo uma pessoa instruída, sou facilmente surpreendido por quem conhece os títulos de mil e um livros. Ainda assim consultei as bibliografias, por exemplo, a *Bibliographie de l'histoire de Paris pendant 1a Révolution*, de Tourneux, em cinco grandes volumes; e relembro esse trabalho impressionante, percebo que nem mesmo os títulos de todos os livros da Revolução Francesa poderiam estar contidos no pequeno volume do Sr. Barnes. Que tipo de lista de todos os escritos históricos desde Maneto seria produzida eu não sei, nem desejo saber – este é um pensamento terrível! Então, para não caluniar o Sr. Barnes, apresso-me a dizer que deve haver inúmeros escritores que ele não menciona, e até, gosto de pensar, muitos dos quais ele nunca ouviu falar. Afinal, ele selecionou apenas alguns relativamente falando; e ele os selecionou, se às vezes com restrição insuficiente, para um propósito definido.

O Sr. Barnes declara seu objetivo da seguinte maneira: - “caracterizar o principal contexto intelectual de cada período do avanço humano na civilização ocidental, mostrar como a literatura histórica de cada período tem sido relacionada à sua cultura-mãe, apontar os traços dominantes dos escritos históricos em cada época, indicar o avanço, se houver, na ciência histórica e, em seguida, esclarecer as contribuições individuais dos principais escritores históricos da época”. Neste nível, a historiografia deve ser algo mais que uma estimativa das contribuições dos historiadores para o conhecimento presente. Deveria ser, de certo modo, uma fase da história intelectual, aquela que registra o que os homens, em diferentes épocas, conheceram e acreditaram sobre o passado, o uso que fizeram - a serviço de seus interesses e aspirações - de seus conhecimentos e crenças, e os pressupostos subjacentes que fizeram seu conhecimento parecer relevante e suas crenças parecerem verdadeiras. O historiógrafo que deseja ter sucesso nesse nível deve adquirir muito conhecimento preciso mas, acima de tudo, deve cultivar a capacidade de compreensão imaginativa. Se ele deseja fracassar, deve cultivar a capacidade de se irritar com a ignorância e tolice de seus predecessores.

Quão bem o Sr. Barnes conseguiu cumprir seu propósito? No geral, bem o suficiente. O Sr. Barnes tem, com certeza, uma certa capacidade de ser irritado. É um defeito dentre suas qualidades. Ele é um fenômeno raro, um cruzado instruído. Ele está apaixonadamente interessado pela aplicação do conhecimento científico na tarefa de criar uma boa sociedade. Ele está profundamente convencido de que a história, corretamente entendida, lança muita e necessária luz sobre as causas da situação em que nos encontramos no momento presente; convencido, portanto, de que os historiadores, se ao menos se libertassem do antiquarismo e levassem seu conhecimento aos problemas sociais atuais, poderiam contribuir mais do que fazem para a solução desses problemas. Suspeito que, afinal, o que realmente irrita o Sr. Barnes não sejam os historiadores, mas antes o fato de poucas pessoas fazerem algum esforço para apropriar-se do conhecimento disponível; muitos preferem o *Saturday Evening Post* às mais atualizadas obras populares das ciências sociais; e essa irritação é, em parte, convenientemente aliviada de vez em quando por comentários depreciativos e injuriosos sobre o "historiador ortodoxo", uma espécie que supostamente teria florescido desembaraçada antes da época de James Harvey Robinson e ainda não totalmente extinta.

Como o historiador ortodoxo desempenha um papel menor no presente livro, uma palavra precisa ser dita sobre ele. Não tenho certeza de que já conheci o sujeito em carne e osso. Por definição, ele parece ser um professor tímido e refinado, um pouco apreensivo em manter seu emprego, interessado em eventos políticos, militares e diplomáticos, inconsciente da importância das influências econômicas, sociais e culturais, e que exagera muito no papel dos indivíduos como fatores causais no processo histórico. O que me intriga um pouco é que nessa apresentação o próprio Sr. Barnes, embora raramente seja tímido e, nunca se soube, restringido pelo medo de perder o emprego, pode ser ortodoxo quando a ocasião pede. Em seu livro *The genesis of the World War*, lembro-me, ele lidou exclusivamente com eventos políticos e diplomáticos e terminou nomeando quatro indivíduos cujas atividades nefastas foram amplamente responsáveis por provocar a guerra. O que me intriga ainda mais é o fato de que, apesar da discussão geral do Sr. Barnes sobre a “nova história” sugerir que praticamente todos os historiadores anteriores ao século XX sejam ortodoxos, encontro em suas páginas poucos historiadores que singularmente aderem estritamente à linha ortodoxa. Pelo contrário, nos capítulos *Social and Cultural History* e *Kulturgeschichte* encontro evidências que me levam a supor que a nova história seja pelo menos tão antiga quanto Voltaire, e que a maioria dos historiadores mais ilustres dos últimos dois séculos não limitaram seus interesses à história política ou exageraram notavelmente no papel dos indivíduos como fatores causais.

Foi Freeman quem disse que “a história é política passada” e, na época, o interesse pela história política e constitucional foi, é verdade, muito forte. Mas o Sr. Barnes pode ter encontrado uma explicação bastante satisfatória para os novos historiadores sobre este fato, algo que eu deveria ter pensado. Era uma época em que os principais problemas da sociedade eram políticos e constitucionais, uma época em que as revoluções se preocupavam principalmente com a forma de governo e a construção do tipo certo de constituição para garantir os privilégios políticos e os direitos naturais imprescritíveis dos indivíduos; e o que então estavam fazendo esses historiadores políticos senão trazendo a história “para o presente”, senão “explorando o passado no interesse do avanço” que, segundo James Harvey Robinson, é o que faz o novo historiador e o que todos os historiadores deveriam fazer? Será que até Freeman era, em sua época, um novo historiador? Mas Freeman ainda estava vivo quando a interpretação econômica começou a avançar, e hoje eu acharia difícil nomear um historiador competente que, de acordo com a definição do Sr. Barnes, pudesse ser corretamente classificado como estritamente ortodoxo. Sou grato ao Sr. Barnes por não me inserir junto aos ortodoxos, em parte porque em princípio não gosto do termo, seja o que for que isso signifique, mas principalmente porque não gosto de ser escandalosamente conspícuo. Mas, ainda assim, não me importo em ser um pouco excêntrico e arriscarei a seguinte observação: quando a devoção de meus colegas à história social se tornar tal que uma História da Vida Americana possa ser escrita com apenas a menção superficial da política, será bom lembrar que afinal a política teve algo a ver, tanto quanto afinal o esporte, em tornar a vida americana o que ela é.

Mas estou exagerando nas irritações e dissabores do Sr. Barnes. Elas estão inseridas apenas no final do livro e são, no máximo, apenas um defeito menor. Tomando o livro como um todo, Barnes fez bem o que se propôs a fazer. Ele “caracterizou o contexto intelectual principal de cada período”, se não com uma percepção ou frescor especial, mas pelo menos o suficiente para permitir ao leitor entender “os traços dominantes da escrita histórica” em cada período para

compreender, por exemplo, por que os escritos históricos na Idade Média necessariamente diferiam dos escritos históricos nos tempos clássicos, por que os humanistas construíram suas histórias nos moldes romanos, por que as disputas religiosas da Reforma levaram os teólogos ao estudo da história da Igreja, e assim por diante. Particularmente boa nesse sentido é sua observação da relação entre a descoberta de novos países, o crescente interesse pela história das instituições sociais e sua indicação sobre as condições do início do século XIX que estimularam o interesse pela filosofia da história.

No entanto, a caracterização do “contexto intelectual” e a explicação dos “traços dominantes da escrita histórica” nos termos desse contexto, embora na maior parte adequados ao objetivo do autor, são breves e devem ser considerados de certa forma superficiais; não perfazem a substância do livro. A maior parte do livro é dedicada ao que interessa muito a Barnes, isto é, às “contribuições dos principais escritores históricos” e ao “avanço, se houver, da ciência histórica”. Estimar o valor de histórias e historiadores do ponto de vista dos padrões e técnicas modernas é, afinal, o principal objetivo do livro, e é o que o Sr. Barnes faz de melhor. Talvez muitos historiadores sejam mencionados, de modo que, às vezes, o livro se degenera em um catálogo de nomes. “W.R. Shepherd, H. E. Bolton, W. S. Robertson, J. F. Rippy, Bernard Moses, C. W. Hackett, H. I. Priestley, E. C. Barker e outros”: existe, particularmente nos últimos capítulos, muito desse tipo de coisa. O Sr. Barnes sabe muito e, quando os nomes começam a inundar a memória, ele permite que seu julgamento se disperse nessa nuvem. Ele é melhor naqueles tempos antigos, mais felizes, quando os historiadores, por não serem tão numerosos, não são aglomerados. Ele então encontra espaço para nos dizer quem eles eram e o que escreveram, com detalhes suficientes para tornar seus escritos inteligíveis para nós. Pesquisadores instruídos, não sendo tão facilmente reprimidos pela erudição do Sr. Barnes com fui, encontrarão erros aqui e ali e alguns julgamentos equivocados ou questionáveis. Mas, tanto quanto sei, o conhecimento do Sr. Barnes é adequado, e suas estimativas, se na maior parte convencionais (e talvez por esse motivo) são no geral essencialmente sólidas. Sem dúvida, é irrelevante lamentar o fato de que “Tucídides negligenciou a magnífica oportunidade de retratar as glórias da civilização ateniense”. Sem dúvida, não há justiça a Matias Flácio Ilírico e seus colaboradores, enfatizando sua “credulidade” e não ressaltando suficientemente o fato de que, ao substituir a tradição pela lógica formal como um teste da doutrina e prática religiosa, eles estavam dando um imenso impulso ao desenvolvimento dos estudos históricos. Mas estes são pequenos pontos. No geral, o Sr. Barnes realizou uma importante adição à literatura historiográfica. Ele escreveu não um livro que marcará uma época, não um livro profundamente original (poucos livros podem ser descritos desta forma), mas um livro sólido e útil para aqueles que não conhecem muito bem a história da escrita histórica, o livro mais informativo e estimulante, eu acredito, disponível no momento em língua inglesa.

Um autor deve ser reconhecido pelas suas intenções e julgado pelo sucesso que obtém ao realizá-las. Por esse motivo não digo sobre o Sr. Barnes o que ele diz sobre Tucídides, que ele perdeu uma oportunidade magnífica. No entanto, a oportunidade, magnífica ou não, existe para aqueles que desejam abraçá-la. Penso que valeria a pena considerar a historiografia de maneira mais simples e resoluta como uma fase da história intelectual; esquecer totalmente as contribuições dos historiadores para o conhecimento presente e concentrar-se integralmente em seu papel no padrão cultural de seu próprio tempo. Desse ponto de vista, o historiador se preocuparia principalmente com o que o

professor Shotwell chama com felicidade de gradual “descoberta do tempo” pela humanidade ou, de maneira mais ampla, expansão progressiva do quadro de referência no tempo e espaço que, de alguma forma, condiciona o alcance e a qualidade do pensamento humano.

Quando pensamos em algo, pensamos nele em relação a outras coisas localizadas no espaço e ocorrendo no tempo, ou seja, em um mundo do tempo e do espaço, um quadro de referência no tempo-espaço. O desenvolvimento da inteligência, no indivíduo e na humanidade é, em certo sentido, uma questão de empurrar para trás os limites do mundo do tempo e do espaço e preenchê-lo com coisas que realmente existem e eventos que realmente aconteceram. O mundo do tempo-espaço da criança recém-nascida, por exemplo, é confinado à sala em que ela se encontra e ao seu momento presente: tudo o que ela observa é visto como um *close-up*, sem relação com qualquer outra coisa. Os primeiros homens eram como crianças recém-nascidas, sem conhecer nada de nenhum lugar além da região em que viviam, nada ou muito pouco, e este pouco com muitos equívocos sobre eventos passados dos quais não haviam participado. Eles também viam as coisas como *close-ups*, em uma perspectiva curta, sem relação com objetos verificáveis em lugares distantes ou tempos passados. Os antigos Sumérios eram, sob muitos aspectos, um povo altamente civilizado, mas seu pensamento social era dificultado pelo fato de viverem em um mundo cujo tempo-espaço era muito estreito: em seu mundo espacial, a raça humana poderia ser destruída por uma inundação que varria o vale dos dois rios; no seu tempo, o evento marcante foi o Grande Dilúvio, antes do qual se estendeu um período desconhecido, sem conteúdo, exceto pelos oito reis que se acredita terem reinado durante 241.000 anos. Desde a época dos Sumérios até os nossos dias, a raça humana estendeu lenta e dolorosamente o universo do tempo e espaço em que poderia viver, o quadro de referência do tempo e espaço no qual poderia pensar. A amplitude e o conteúdo do quadro de referência no tempo-espaço, muito mais que simples poder mental, acabaram por determinar o alcance e a direção da inteligência, além dos pressupostos subjacentes que moldam amplamente as ideias dos homens sobre suas relações com o universo e entre si.

Considerada estritamente como uma fase da história intelectual e não como um balanço do conhecimento histórico verificável, a historiografia teria como tema principal a expansão gradual desse universo do tempo e espaço (particularmente do tempo talvez, embora os dois estejam inseparavelmente conectados), suas informações, sejam elas verdadeiras ou falsas, as quais constituem conhecimento adquirido e crenças aceitas que permitiram aos homens (e não apenas historiadores) se encontrarem nelas, e a influência desse padrão de eventos verdadeiros ou imaginários sobre o desenvolvimento do pensamento e conduta humanos. Assim, a historiografia se tornaria uma história da história antes de ser uma história dos historiadores, uma história da história compreendida subjetivamente (a “fábula acordada”, o “pacote de truques pregados aos mortos”) e não uma história do surgimento gradual da verdade histórica considerada objetivamente. É claro que o historiador estaria interessado em “histórias”, pois elas seriam a principal fonte de informação; mas ele não confinaria suas pesquisas a elas, não estaria interessado nas histórias como tais, mas apenas como uma das formas literárias nas quais as ideias atuais sobre o passado encontram expressão. Tampouco estaria mais interessado em ideias verdadeiras do que falsas sobre o passado: seu objetivo seria saber quais ideias, verdadeiras ou falsas, eram aceitas em cada momento e que pressão exerciam sobre aqueles que as recebiam. Ele não descartaria a Epopeia de Gilgamesh ou a Ilíada de Homero como irrelevantes para a história porque são

uma coleção de mitos, ou se contentaria em dizer a Tito Lívio que ele é um bom contador de histórias, mas um péssimo historiador. Não se preocupando principalmente com o que os romanos realmente sabiam sobre o passado, mas com o que eles tinham em mente quando pensavam sobre este passado, ele aproveitaria o *fato* de Tito Lívio ter escrito sua história e o *fato* de que os mitos relacionados foram correntes e amplamente aceitos como verdade. Ele perceberia que, embora um mito possa não ser verdade, que ele existe enquanto verdade, e que as pessoas acreditam nisso como verdade, o que pode ser da mais alta importância. Em suma, os "fatos" que interessariam ao historiógrafo, o "que realmente aconteceu" que ele procuraria e consideraria relevante para seu propósito, seriam não a verdade, mas a existência e a pressão das ideias sobre o passado que no qual homens se relacionavam e agiam. Seu objetivo seria reconstruir, e através do *insight* imaginativo e do entendimento estético reviver esse conjunto de eventos que ocorrem em lugares e tempos distantes, nos quais, em períodos sucessivos, os homens foram capazes de formar uma imagem de quando se contemplavam e de suas atividades em relação ao mundo em que viveram. Se os eventos que compõem este conjunto são verdadeiros ou falsos, considerando objetivamente, isso não deveria lhe interessar.

Tomada nesse sentido, a historiografia deve, sem dúvida, começar com "tempos pré-históricos" - um termo absurdo, como diz o Sr. Barnes, se quisermos considerar a história externamente, como o registro do que os homens fizeram, pois implica que o período mais longo da história humana ocorreu antes que houvesse história propriamente. Mas não é tão absurdo, afinal, se pensarmos na história a partir de dentro, como um domínio da mente, como a apreensão do desenvolvimento do passado e de lugares distantes, uma vez que os homens mais antigos poderiam ter pouca história nesse sentido. No entanto, mesmo os homens mais antigos (os Cro-Magnons, por exemplo) devem ter sido capazes de formar alguma imagem, embora limitada em *design* e menos nítida do que o que ocorreu e estava ocorrendo no mundo. O que era essa imagem só podemos adivinhar, embora algumas suposições engenhosas e até esclarecedoras pudessem, sem dúvida, surgir pelos antropólogos. De qualquer forma, o historiador poderia começar com as mais antigas histórias épicas, a Criação Épica da Babilônia, a Ilíada de Homero e outras coisas do gênero. Para os primeiros gregos, a Ilíada, como alguém já disse (talvez Matthew Arnold?), era história, fábula e escritura, tudo em um texto só. É claro que esses termos diferenciadores são enganosos, pois podemos ter quase certeza de que os primeiros gregos não faziam essas distinções. A fábula contada, o cerco de Tróia, as ações de homens e deuses, era tudo real, história simplesmente, o registro do que realmente aconteceu. É assim para todas as pessoas cuja civilização se desenvolveu diretamente a partir de condições primitivas.

Até que os registros escritos passassem a ser usados, os homens não puderam se tornar efetivamente conscientes do fato de que o evento registrado difere do evento lembrado. Só então eles poderiam distinguir adequadamente entre fábula e história, entre o relato de eventos inventivamente imaginados e o relato de eventos que realmente aconteceram; só então as histórias poderiam ser pensadas como um "ramo da literatura". Mas a diferenciação entre história e literatura não torna os deuses indispensáveis. Inescrutáveis em seus propósitos, implacáveis em seus julgamentos, governantes de homens e coisas, os deuses ainda são necessários; para a literatura, porque estão tão intimamente envolvidos nos assuntos atuais dos homens; para a história, porque a criação do mundo deve ser considerada, e os homens, mesmo os heróis antigos e reis divinos, são incapazes de realizar uma tarefa tão grande. Portanto, a história permanece longa

e emaranhada com a religião, e os deuses servindo como agências causais que operam atrás de homens e eventos. Mas, à medida que o mundo do tempo e do espaço é expandido, fornecendo uma variedade cada vez maior de novos itens para comparação e avaliação, a filosofia se intromete nestas abstrações; e os deuses, retirando-se dos assuntos imediatos dos homens para o lugar onde o ser absoluto habita, desaparecem em réplicas pálidas de seus antigos eus: na Lei da Natureza, na Ideia Transcendente, no princípio dinâmico da Dialética, ou seja lá o que for. A filosofia, por sua vez, torna-se Filosofia Natural, depois Ciência Natural, depois Ciência: e a ciência, dispensando totalmente a assistência dos deuses e sua numerosa descendência filosófica, apresenta para a contemplação o registro simples de como o mundo exterior se comporta, o que de fato ocorreu em tempos passados, deixando o homem sozinho em um universo indiferente, sem tentar justificar os caminhos para seus atos e aspirações.

Esse tema, ou algo parecido, foi reproduzido, com apropriadas variações, mais de uma vez pelos gregos, pelos romanos e pelos europeus nos tempos modernos. Qual é a relação entre o desenvolvimento de uma sociedade industrial-comercial, o declínio das convicções religiosas e políticas tradicionais e o crescimento do ceticismo e do conhecimento científico? Como esses fenômenos interligados podem ser correlacionados com o mundo do tempo e do espaço em que os homens vivem, com o quadro de referência de tempo e espaço em que pensam? Que lugar tem a história, considerada como o sentido do passado, como a apreensão de eventos, verdadeiros ou falsos, que se pensa terem ocorrido ou estão ocorrendo em lugares distantes e tempos passados, nessa correlação de causa e efeito? Dentro do leque dessas perguntas, acho que existem muitos campos frutíferos para o historiador cultivar.

CARL BECKER

O QUE É HISTORIOGRAFIA?
 TEXTO SUBMETIDO EM 28/09/2020 • ACEITO EM 15/11/2020
 REVISTA DE TEORIA DA HISTÓRIA | ISSN 2175-5892



ESTE É UM ARTIGO DE ACESSO LIVRE DISTRIBUÍDO NOS TERMOS DA LICENÇA *CREATIVE COMMONS ATTRIBUTION*, QUE PERMITE USO IRRESTRITO, DISTRIBUIÇÃO E REPRODUÇÃO EM QUALQUER MEIO, DESDE QUE O TRABALHO ORIGINAL SEJA CITADO DE MODO APROPRIADO